

(Obras Públicas 126)



Comissão de Finanças e Orçamento
D. S. O.
DATA 24 AGT 1949
PROCESSO 597
CODIGO

Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 2385

Senado Federal

07 731 49

Submete a apreciação da Câmara dos Deputados projeto de lei que adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios da Fortaleza e Maranguape, do Ceará.

DESPACHO: Comissões

em de de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. deputado Coelho Rodrigues, em 19

O Presidente da Comissão de Obras Públicas: R. M. P. R.

Ao Sr. Ponce de Arruda, em 14.9.1949

O Presidente da Comissão de Finanças, Horacio Lafey

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº 483 DE 1949

SINOPSE

Projeto N.º _____ de _____ de 19 _____

Emenda: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em de _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

Interim.

13.6.50

clh

545

S de junho de 1950

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

483-49

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria Legislativa
JUN 13 1950
PROTOCOLADO GERAL
Nº 1895

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado adotou e enviou à sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o projeto de lei dessa Câmara que adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, no Ceará.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Georgino Avelino
Senador Georgino Avelino
1º Secretário

Sancionado. 13.6.50
Em 13.6.50
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas do Ministério da Viação e Obras Públicas, a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, que foram destruídos ou danificados por efeito de trombas de água caídas em 1949, no Estado do Ceará.

Art. 2º - Deverão os proprietários interessados requerer a execução das obras ao Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas no prazo de sessenta dias, contados da vigência desta lei.

Art. 3º - Todas essas obras serão custeadas pelos créditos orçamentários, consignados no corrente exercício ao Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 9 de junho de 1950

Assinado
Flávio de Azevedo
Deputado

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Apov. a Senado
3.2.50
[Assinatura]
CÂMARA DOS DEPUTADOS
P R O J E T O
Nº 483-B 1949
R E D A Ç Ã O

A IMPRIMIR

Am 1/2/50
[Assinatura]

Redação final da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto oriundo do Senado Federal, que adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, no Ceará.

Emenda supressiva

1A
Elimine-se no art. 3º a expressão "e adicionais".

Sala da Comissão de Redação, 27 de janeiro de 1950

x

Harophilo Bramley, presidente int.

Benjamin Parah

Thomas Futer
Agricola de Barros

[Assinatura]

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Serviço das Relações Legislativas
Seção do Expediente
Pelo o respectivo expediente
em _____ de _____ de 19____
por ofício sob N.º *141*
Secretaria da Câmara dos Deputados
em _____ de *fevereiro* de *1950*

Chefe da Seção do Expediente



Emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao Projeto oriundo do Senado Federal, que adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, no Ceará.

EMENDA SUPRESSIVA:

Elimine-se no Art. 3º a expressão " e adicionais".

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 8 DE FEVEREIRO DE 1950.

Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1950.

Nº 141

Encaminha autógrafo
da emenda supressi-
va ao Projeto de Lei
nº 483-B/49, do Se-
nado Federal.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,
para os devidos fins, o incluso autógrafo da emenda supressi-
va da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 483-B/49, que
adota medidas e abre créditos para remediar as inundações ha-
vidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, no Ceará.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Exce-
lência os protestos de minha distinta consideração.

Anexos:

Autógrafo do Senado Federal.
Avulsos: 483, 483-A e 483-B,
de 1949 (6 de cada).

MUNHOZ DA ROCHA

1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Georgino Avelino,
Primeiro Secretário do Senado Federal.

BP/HRP.

Apresenta emenda de Finanças, rejeitada a 14.12.49. e aprovado o projeto, vai até à tabação final.



14.12.49
[Assinatura]

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 483-A — 1949

Adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, no Ceará; tendo pareceres com emendas das Comissões de Obras e de Finanças.

(Do Senado,

PROJETO N.º 483, DE 1949. A QUE SE REFEREM OS PARECERES

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas do Ministério da Viação e Obras Públicas, a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, que foram destruídos ou danificados por efeito de trombas de água caídas este ano no Estado do Ceará.

Art. 2.º Deverão os proprietários interessados requerer a execução das obras ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas no prazo de sessenta dias contados da vigência desta lei.

Art. 3.º Todas essas obras serão custeadas pelos créditos orçamentários e adicionais, consignados no corrente exercício ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1949. — Nereu Ramos. — Georgino Avelino. — João Villasbôas.

Parecer da Comissão de Obras Públicas

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei que determina a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, danificados pelas inundações nos municípios de Maranguape e Fortaleza, Estado do Ceará.

O Projeto não manda abrir crédito para as necessárias obras, determinando que sejam custeadas pelos créditos orçamentários; é lógico que esta providência virá prejudicar outros serviços a cargo do Departamento de Obras Contra Secas que já estão orçados ou em andamento de construção.

Opinamos favoravelmente ao Projeto propondo, entretanto, a seguinte redação para o art. 3.º:

Art. 3.º. Para custear as primeiras obras de reconstrução seja concedido o crédito de três milhões de cruzeiros.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1949. — Darcy Gross, Presidente. — Coelho Rodrigues, Relator. — Octacílio Costa. — João Adeaduto. — José Esteves. — Nelson Parijós — Roberto Grossembacker. — Clemente Medrado. — Pessoa Guerra.

Projeto.

Comissão de Obras

Emenda

Parecer da Comissão de Finanças
RELATÓRIO

N.º 628

Cuida o Projeto n.º 483, de 1949, originário do Senado, de medidas para mediar inundações havidas nos municípios de Fortaleza, Maranguape, no Ceará.

Essas medidas se referem a reconstrução de açudes públicos destruídos.

A Comissão de Obras Públicas opina favoravelmente à proposição, com uma emenda relativa à modificação do art. 3.º do Projeto.

A emenda manda abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, sob o fundamento de que a sobrecarga dessa nova despesa no orçamento poderá prejudicar o serviço público.

Não acolhemos o argumento, pois a administração não se orientará assim tão superficialmente sobre o assunto.

Sugerimos, no entanto, por uma questão de técnica de execução orçamentária se elimine do art. 3.º a expressão e adicionais.

Se o Governo tiver necessidade de reforço de verba recorrerá à suplementação, logo que as dotações se tornarem incapazes.

Com essa observação opino pela aprovação do Projeto.

Sala "Antônio Carlos", em 26 de novembro de 1949. — *Ponce de Arruda*, Relator.

PARECER

A Comissão de Finanças opina pela aprovação do Projeto n.º 483, de 1949, da emenda constante do Parecer do Relator, e contrariamente à emenda da Comissão de Obras Públicas.

Sala "Antônio Carlos", em 26 de novembro de 1949. — *Horacio Lajer*, Presidente e mexercício. — *Ponce de Arruda*, Relator. — *Antonio Mafra*. — *Alencar Araripe*. — *Fernando Nóbrega*. — *Café Filho*. — *Leite Neto*. — *Raul Barbosa*. — *Luiz Viana*. — *Aloysio de Castro*. — *Altamirando Requião*. — *Toledo Piza*. — *Lauro Lopes Agostinho Monteiro*. — *Amaral Peixoto*. — *Orlando Brasil*.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

83 A

1949

Projeto

vr. 1

Paraná de Olhos 23. 8. 49 vr. 1
Lello Ruy
emenda

Paraná de Fria 26. 11. 49 vr. 2
Pauze
emenda contra a
emenda de Olhos.

Após votar a emenda de Fria, rejeita-se a
de Olhos Publicis e aprova-se o projeto, no inteiro
e não por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 483 — 1949

Adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape no Ceará

(Do Senado)

(As Comissões de Obras Públicas e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas do Ministério da Viação e Obras Públicas, a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, que foram destruídos ou danificados por efeito de trombas de água caídas este ano no Estado do Ceará.

Art. 2.º Deverão os proprietários interessados requerer a execução das obras ao Departamento Nacional de

Obras contra as Secas no prazo de sessenta dias, contados da vigência desta lei.

Art. 3.º Todas essas obras serão custeadas pelos créditos orçamentários e adicionais, consignados no corrente exercício ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1949. — *Nereu Ramos*. — *Georgino Avelino*. — *João Villasbôas*.

RELATÓRIO

Cuida o Projeto nº 483, de 1949, originário do Senado, de medidas para remediar inundações havidas nos municípios de Fortaleza, Maranguape, no Ceará.

Essas medidas se referem a reconstrução de açudes públicos destruídos.

A Comissão de Obras Públicas opina favoravelmente à proposição, com uma emenda relativa à modificação do art. 3º do Projeto.

A emenda manda abrir o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00, sob o fundamento de que a sobrecarga dessa nova despesa no orçamento poderá prejudicar o serviço público.

Não acolhemos o argumento, pois a administração não se orientará assim tão superficialmente sobre o assunto.

Sugerimos, no entanto, por uma questão de técnica de execução orçamentária se elimine do art. 3º a expressão e adicionais.

Se o Governo tiver necessidade de reforço de verba recorrerá à suplementação, logo que as dotações se tornarem incapazes.

Com essa observação opino pela aprovação do Projeto.

Sala "Antônio Carlos", em / / 1949

Ponce de Arruda

PARECER

A 2ª Turma da Comissão de Finanças opina pela aprovação do Projeto nº 483, de 1949, e a emenda constante do Parecer do Relator.

Sala "Antonio Carlos", em / / 1949

,Presidente

,Relator

RELATÓRIO

Cuida o Projeto nº 483, de 1949, originário do Senado, de medidas para remediar inundações havidas nos municípios de Fortaleza, Maranguape, no Ceará.

Essas medidas se referem a reconstrução de açudes públicos destruídos.

A Comissão de Obras Públicas opina favoravelmente à proposição, com uma emenda relativa à modificação do art. 3º do Projeto.

A emenda manda abrir o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00, sob o fundamento de que a sobrecarga dessa nova despesa no orçamento poderá prejudicar o serviço público.

Não acolhemos o argumento, pois a administração não se orientará assim tão superficialmente sobre o assunto.

Sugerimos, no entanto, por uma questão de técnica de execução orçamentária se elimine do art. 3º a expressão e adicionais.

Se o Governo tiver necessidade de reforço de verba recorrerá à suplementação, logo que as dotações se tornarem incapazes.

Com essa observação opino pela aprovação do Projeto.

Sala "Antônio Carlos", em / / 1949

Ponce de Arruda

PARECER

A 2ª Turma da Comissão de Finanças opina pela aprovação do Projeto nº 483, de 1949, e a emenda constante do Parecer do Relator.

Sala "Antonio Carlos", em / / 1949

,Presidente

,Relator

Comissão de Obras Públicas e de Finanças.
4.2.49

[Handwritten signature]



731

30 de junho de 1949

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que se digne submeter à consideração da Câmara dos Deputados, o incluso autógrafo do Projeto do Senado que adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, do Ceará.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

[Handwritten signature of Senador Georgino Avelino]
Senador Georgino Avelino
1º Secretário



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 11, de 1949

Adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a reconstruir os açudes públicos, os açudes construídos em cooperação com a União e os particulares destruídos ou danificados por efeito das trambas d'água caídas este ano no Estado do Ceará.

§ 1.º Os proprietários interessados deverão requerer a execução das obras ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no prazo de 60 dias da vigência desta Lei.

§ 2.º As despesas decorrentes da reconstrução de açudes serão custeadas pelos créditos orçamentários e adicionais consignados no corrente exercício ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 2.º É igualmente autorizado o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), que serão empregados Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) no amparo à população do Município de Maranguape e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), na assistência aos habitantes do Município de Fortaleza, ambas do Estado do Ceará.

Art. 3.º O referido crédito especial será obrigatoriamente empregado na reconstrução de casas de pessoas pobres e na indenização de prejuízos de pequenos lavradores atingidos pela enchente verificada nos mencionados

municípios, nos primeiros dias do mês corrente.

Art. 4.º As quantias previstas no artigo anterior, serão entregues aos Prefeitos dos aludidos municípios que prestarão contas da sua aplicação dentro de um ano.

Art. 5.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

No atual período da nossa vida constitucional, sempre que se dá uma calamidade pública, em qualquer parte do País, ocorre, solícito, o Governo, com auxílios extraordinários às populações vítimas dos seus peralosos efeitos.

Assim aconteceu não só com diversos Estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro) senão também com Estados do Norte, no seu todo ou em determinados municípios, sobre que se abateram flagelados naturais, de maléficas consequências.

As Leis ns.º 246, de 17 de setembro de 1948; 297, de 5-7-48 e 603, de 2-1-49, estabeleceram providências e votaram créditos para remediar as inundações e enchentes havidas em 1948, em vários pontos de diversas unidades federativas, situadas no nordeste.

Está em curso no Senado o Projeto de Lei da Câmara n.º 117-49, sobre créditos no valor de Cr\$ 76.500.000,00 (setenta e seis milhões e quinhentos

mili cruzeiros), para a assistência e amparo às populações de municípios, dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina, atingidos por inundações no começo deste ano.

Como é público e notório — e foi significativamente veiculado pela imprensa do Rio de Janeiro — no início deste mês caíram nos municípios de Fortaleza e Maranguape, do Estado do Ceará, verdadeiras trombas d'água, que, no primeiro, inflingiram prejuízos notáveis aos seus pequenos agricultores e arrombaram diversos açudes, inclusive o grande açude *Papára*, do domínio da União, e o importante açude

Fenedo, construído em cooperação com o Governo — base e fundamento de exploração agrícola da Fazenda Trapiá, uma das principais do Estado, e, no segundo, destruíram mais de 200 casas de humildes operários e moradores, residentes no arrabaldes da Capital cearense, os quais se acham sem teto e sem abrigo.

O Projeto visa amparar a angustiosa situação em que se encontram aqueles nossos irmãos feridos pela catástrofe descrita.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1949. — *Olavo Oliveira*.

Publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 11 de maio de 1949.



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º **2457**

Senado Federal

Adota medidas e abre crédito para remediar as inundações hevidas nos municípios de Fortaleza e Maranguape, no Ceará.

DESPACHO: Comissões

em 11 de 7 de 1945

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 488 DE 1945

SINOPSE

Projeto N.º _____ de _____ de 19 _____

Emenda: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em de _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



Câmara dos Deputados

A IMPRIMIR

Em 11/11/49

Projeto
n.º 483/A - 1949

Adota medidas e abre créditos para
remediar as inundações havidas nos
municípios de Fortaleza e Maranguape, no
Ceará; tendo parecer em emendas das Comissões
de Obras P. e de Finanças
(do Senado)

Projeto n.º 483, de 1949, a que se refere o parecer

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas do Ministério da Viação e Obras Públicas, a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, que foram destruídos ou danificados por efeito de trombas de água caídas este ano no Estado do Ceará.
Art. 2.º Deverão os proprietários interessados requerer a execução das obras ao Departamento Nacional de

Obras contra as Secas no prazo de sessenta dias, contados da vigência desta lei.

Art. 3.º Todas essas obras serão custeadas pelos créditos orçamentários e adicionais, consignados no corrente exercício ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1949. — Nereu Ramos. — Georgino Avelino. — João Villasbôas.

* Compro

Câmara dos



C 772

Lauriano

PARECERda Comissão de Obras Públicas

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei que determina a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, danificados pelas inundações nos municípios de Maranguape e Fortaleza, Estado do Ceará.

O Projeto não manda abrir crédito para as necessárias obras, determinando que sejam custeadas pelos créditos orçamentários; é logico que esta providência virá prejudicar outros serviços a cargo do Departamento de Obras Contra Sêcas que já estão orçados ou em andamento de construção.

Opinamos favoravelmente ao Projeto propondo, entretanto, a seguinte redação para o art. 3º; [art. 3º. Para custear as primeiras obras de reconstrução seja concedido o crédito de três milhões de cruzeiros.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1949.

Darcy Gross
Coelho Rodrigues

Helvécio Coelho Rodrigues relator
Darcy Gross. Presidente.
(HELVECIO COELHO RODRIGUES)

Clacilio Costa
João Alencastro
José Estevão
Nelson Paripós
Roberto Gerssombach
Clemente Medrado
Pessoa Guerra

Clacilio Costa
João Alencastro
José Estevão Rodrigues
Nelson Paripós
Roberto Gerssombach
Clemente Medrado
Pessoa Guerra

*Ponce de Arruda Comissão de Finanças.*RELATÓRIO*(Nº 628)**4773*

Cuida o Projeto nº 483, de 1949, originário do Senado, de medidas para remediar inundações havidas nos municípios de Fortaleza, Maranguape, no Ceará.

Essas medidas se referem a reconstrução de açudes públicos destruídos.

A Comissão de Obras Públicas opina favoravelmente à proposição, com uma emenda relativa à modificação do art. 3º do Projeto.

A emenda manda abrir o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00, sob o fundamento de que a sobrecarga dessa nova despesa no orçamento poderá prejudicar o serviço público.

Não acolhemos o argumento, pois a administração não se orientará assim tão superficialmente sobre o assunto.

Sugerimos, no entanto, por uma questão de técnica de execução orçamentária se elimine do art. 3º a expressão e adicionais.

Se o Governo tiver necessidade de reforço de verba recorrerá à suplementação, logo que as dotações se tornarem incapazes.

Com essa observação opino pela aprovação do Projeto.

Sala "Antônio Carlos", em 26 / X / 1949

*Ponce de Arruda*Ponce de Arruda, Relator



C774

PARECER

A ~~22 de Junho de~~ Comissão de Finanças opina pela aprovação do Projeto nº 483, de 1949, ~~e da~~ emenda constante do Parecer do Relator ~~e contrariamente à emenda da~~ Comissão de Obras Públicas.

Sala "Antônio Carlos", em 26/ XII 1949

Horacio Lafey

, Presidente em exercício

Ponce de Andrade, Relator

Antonio Mafra

W. L. L. L.

Alencar Araújo

Fernando Nobrega

Gi. J. J.

Leite Neto

Raul Barbosa

Luiz Viana

Alvaro de Castro

Alfarrutano de Aguiar

Volado Silva

Lauro Lopes

Artur de Menezes

Imagel Tezoto

Henrique

Orlando Brasil



Câmara dos Deputados

Projeto
Nº 483 - 1949

2 impressões
8-7-49

Adota medidas e abre créditos para remediar as inundações havidas nos municípios de Fortaleza e Ibaranguape, no Ceará.

(Do Senado - às Comissões de Obras Públicas e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas do Ministério da Viação e Obras Públicas, a reconstrução dos açudes públicos e dos construídos no regime de cooperação da União com particulares, que foram destruídos ou danificados por efeito de trombas de água caídas este ano, no Estado do Ceará.

Art. 2º - Devem os proprietários interessados requerer a execução das obras ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas no prazo de sessenta dias, contados da vigência desta Lei.

Art. 3º - Todas essas obras serão custeadas pelos créditos orçamentários e adicionais, consignados ao corrente exercício ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1949.

Neven Ramos
Georgius Avelino
João Villasboas.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: